



UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – UNOESC
ÁREA DE CIÊNCIAS DAS HUMANIDADES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
CAMPUS APROXIMADO DE CAMPOS NOVOS

PLANO DE AÇÃO GESTÃO ESCOLAR DE UMA ESCOLA ESTADUAL.

GRAZIELE F. ZANCHETT SCHIMITE

Campos Novos
2016

GRAZIELE F. ZANCHETT SCHIMITE

PLANO DE AÇÃO GESTÃO ESCOLAR DE UMA ESCOLA ESTADUAL

Trabalho apresentado à Universidade do Oeste de Santa Catarina- UNOESC, como requisito parcial para a obtenção de média bimestral na disciplina de Planejamento em Gestão Escolar, do Curso de Pós-Graduação em Gestão Escola.

Orientadoras:

Prof. Dra. Cleusa Conceição Terres Schuch

Prof. Dra. Jaqueline Marcela Villafuerte Bittencourt

Campos Novos

2016

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 REFERENCIAL TEÓRICO	6
2.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA E SEUS DESAFIOS.	6
2.1.1 <i>A Participação e a Gestão Escolar.....</i>	8
2.1.2 <i>Objetivo do Ensino Médio segundo a legislação.....</i>	9
2.1.3 <i>Currículo no contexto escolar.....</i>	11
3 CARATERIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR.....	15
3.1 BREVE HISTÓRICO	15
3.2 DIAGNOSTICO DA ESCOLA.....	15
3.2.1 <i>Dimensão Socioeconômico.....</i>	16
3.2.2 <i>Dimensão Pedagógica.....</i>	16
3.2.3. <i>Dimensão Administrativa.....</i>	19
3.2.4. <i>Dimensão Financeira.....</i>	21
3.2.5. <i>Dimensão Física</i>	21
4 METAS E AÇÕES.....	24
4.1 AVALIAÇÃO DO PLANO.....	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS.....	28

1 INTRODUÇÃO

O presente Plano de Gestão tem como base reconhecer o Ensino Médio como parte de uma etapa da escolarização que tem por finalidade maior o desenvolvimento do indivíduo, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional- LDB (Lei 9394-96), caracteriza o Ensino Médio como uma etapa final da Educação Básica e tem como finalidade assegurar a formação indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (art. 22).

Mediante pesquisa realizada com os alunos das séries finais do ensino fundamental e com alunos do Ensino Médio Noturno da Escola de Educação Básica João Araújo Medeiros, situada no centro do município de Campos Novos observei que a maioria dos alunos querem ou já estão inseridos no mercado de trabalho. E como a escola não oferece outra modalidade de ensino a não ser o Ensino Médio Inovador e o Ensino Médio Regular noturno muitos alunos procuram por outras Unidades Escolares.

Sendo assim, o projeto visa sanar o problema de evasão escolar, com isso pretende-se implantar o Ensino Médio Regular no período diurno, para oferecer aos alunos uma opção de estudo que esteja de acordo com sua realidade socioeconômica.

Existem hoje um amparo legal na educação brasileira que garante aos cidadãos direito a educação, é o caso da Constituição Brasileira, a LDB (Leis de Diretrizes e Base da Educação, PCN (Proposta Curricular Nacional) que serão mencionados no meu trabalho.

Segundo Cunha (1987) O ensino democrático não é só aquele que permite o acesso de todos os que o procuram, mas, também oferece a qualidade que não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais. O ensino democrático é aquele que, sendo estatal, não está subordinado ao mandonismo de castas burocráticas, nem sujeito às oscilações dos administradores do momento [...]. O ensino democrático é, também, aquele cuja gestão é exercida pelos interessados, seja indiretamente, pela intermediação do Estado (que precisamos fazer democrático), seja diretamente, pelo princípio da representação e da administração colegiada. (CUNHA, 1987, p. 6).

Nesse sentido a escola deve ter autonomia para planejar ações que visem a inserir o aluno não somente no mercado de trabalho, mas que proporcione meios para

que o aluno continue frequentando a escola em busca de conhecimento. Isso é possível mediante a uma gestão democrática.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este referencial teórico traz uma breve discussão sobre temas que interessam na elaboração deste Plano: Gestão democrática,

2.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA E SEUS DESAFIOS.

O assunto gestão democrática esta em pauta nos debates recentemente em nossas escolas, afinal de contas esse processo passa a dar autonomia as escolas e de certa forma isenta o Estado dessa função. Porem os estudos nos revelam que a preocupação em buscar uma gestão democrática no caso do Brasil perpassa a década de 80. No entanto ela só foi reconhecida legalmente a partir de sua implementação na Constituição de 1988.

Oliveira (1997) relata que “a década de 1990 representou um período impar no Brasil em termos de reformas do Estado e, conseqüentemente, nos serviços públicos. Embora as reformas educacionais tenham se iniciado nos primórdios da referida década, só ganharam maior vigor e abrangência nacional a partir da segunda metade dos anos 90 com o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso”. (OLIVEIRA, 1997, P. 127)

Na essência da reforma educacional, uma das dimensões de mudança do sistema educacional descentralizado foi a transformação das formas de gestão escolar. Seu objetivo era a transferência de responsabilidade e atribuições, promovendo a autonomia escolar. Temos assim, na década de 90 varias estratégias visando concretizar essa autonomia, dentre elas a transferência de recursos diretamente na escola, mediante apresentação de projetos, e o fortalecimento do papel do diretor.

A gestão democrática implica ainda a efetivação de novos processos de organização e gestão baseados numa dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisão. Nesse sentido a participação é fundamental para a construção da gestão democrática.

Ferreira (2008, p. 306), entende a gestão democrática como: [...] gestão é administração, é tomada de decisão, é organização, é direção. Relaciona-se com a

atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir sua função, desempenhar seu papel. Constitui-se de princípios e práticas decorrentes que afirmam ou desafirmam os princípios que a geram.

Essas reformas trouxeram a marca da descentralização que conseqüentemente resultou em maior autonomia das escolas, porém, viu-se uma sobrecarga de trabalho administrativo sem a real correspondência em termos de condições de infraestrutura nos estabelecimentos de ensino. Muitas das rotinas administrativas que antes eram de responsabilidades dos órgãos centrais, passaram a ser responsabilidades das escolas sob o argumento de estar conferindo a elas maior autonomia.

Para Oliveira (1997) Faz-se necessária a descentralização administrativa, inclusive dos recursos financeiros, o que confere maior autonomia às unidades escolares, permitindo a elas maior capacidade de adaptação às condições locais, sem riscos de alterações substantivas ou perturbações indesejadas em todo sistema.(OLIVEIRA, 1997,P.40)

A partir do momento que ela foi institucionalizada todo o quadro educacional brasileiro passou a enfrentar profundas alterações em seus conceitos, mudanças de paradigmas, tudo alicerçado na cultura de participação, incluindo toda a comunidade escolar em seus processos de decisão.

Por se tratar da democratização das responsabilidades, percebe-se a necessidade de um processo de formação de uma cultura de colaboração, responsabilidades e acima de tudo desenvolver a capacidade de situar os interesses coletivo acima dos interesses individuais e que conseguinte essa participação não gere frustrações. .

Segundo Cunha (1987)O ensino democrático não é só aquele que permite o acesso de todos os que o procuram, mas, também oferece a qualidade que não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais. O ensino democrático é aquele que, sendo estatal, não está subordinado ao mandonismo de castas burocráticas, nem sujeito às oscilações dos administradores do momento [...]. O ensino democrático é, também, aquele cuja gestão é exercida pelos interessados, seja indiretamente, pela intermediação do Estado (que precisamos fazer democrático), seja diretamente, pelo princípio da representação e da administração colegiada. (CUNHA, 1987, p. 6).

Neste sentido Libâneo (2007, p. 326) destaca que. “[...] a gestão democrática, por um lado, é atividade coletiva que implica a participação e objetivos comuns, por outro, depende também de capacidades, responsabilidade individuais e de uma ação coordenada e controlada”.

Desta forma, fica clara a necessidade de mudanças urgentes na escola, para que esta possa formar cidadãos competentes e ativos. Neste sentido a educação exige esforços redobrados, e uma maior participação da comunidade no ambiente escolar, levando em conta que o mais importante não é somente o repasse de conteúdos específicos a fim de elevar o nível escolar, mas sim o preparo dos indivíduos para a sociedade e para exercício da cidadania.

Segundo Libâneo (2004), "A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomadas de decisões e no funcionamento da organização escolar" (LIBÂNEO, 2004, p.102).

2.1.1 A Participação e a Gestão Escolar

A escola é um universo que só pode ser compreendida a partir de um conhecimento prévio. Um ponto importante a ser destacado para evidenciar a escola pública, e sua intensa relação com a comunidade, tanto na prática cotidianas da administração. A escola pública acaba ligada com o Brasil real com todos os seus problemas.

Quando refere - se à gestão participativa fala-se de uma relação entre desiguais onde vamos encontrar escolas sem recursos financeiros.

A escola, sobretudo, é um espaço de desenvolvimento cognitivo e um alicerce na construção das relações interpessoais. Segundo *Vygotsky*, "o ser humano cresce num ambiente social e a interação com outras pessoas é essencial ao seu desenvolvimento.

Desta forma, o ambiente físico é fator preponderante para o processo de ensino-aprendizagem. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Art. 1º "A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais."

Assim, o espaço educativo deve ser planejado de forma a satisfazer as necessidades da criança, ou seja, tudo deverá estar acessível ao educando, desde objetos pessoais, assim como os brinquedos. Pois, só assim, o desenvolvimento ocorrerá de

forma a possibilitar sua autonomia, bem como sua socialização dentro das suas singularidades.

Muitas vezes faz-se necessário um toque pessoal do Gestor, solicitando a participação da equipe e atenção para o marketing pessoal.

2.1.2 Objetivo do Ensino Médio segundo a legislação.

A Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional e a reforma curricular do Ensino Médio estabelece:

Ensino Médio é Educação Básica

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) vem conferir uma nova identidade ao Ensino Médio, determinando que Ensino Médio é Educação Básica. A Constituição de 1988 já prenunciava essa concepção, quando, no inciso II do Art. 208, garantia como dever do Estado “a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio”. Posteriormente, a Emenda Constitucional nº 14/96 modificou a redação desse inciso sem alterar o espírito da redação original, inscrevendo no texto constitucional “a progressiva universalização do ensino médio gratuito”. A Constituição, portanto, confere a esse nível de ensino o estatuto de direito de todo cidadão.

A alteração provocada pela Emenda Constitucional merece, entretanto, um destaque. O Ensino Médio deixa de ser obrigatório para as pessoas, mas a sua oferta é dever do Estado, numa perspectiva de acesso para todos aqueles que o desejarem. Por sua vez, a LDB reitera a obrigatoriedade progressiva do Ensino Médio, sendo esta, portanto, uma diretriz legal, ainda que não mais constitucional.

A LDB confere caráter de norma legal à condição do Ensino Médio como parte da Educação Básica, quando, por meio do Art. 21, estabelece:

“Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

I – Educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II – Educação superior”

Isso significa que o Ensino Médio passa a integrar a etapa do processo educacional que a Nação considera básica para o exercício da cidadania, base para o acesso às atividades produtivas, para o prosseguimento nos níveis mais elevados e complexos de educação e para o desenvolvimento pessoal, referido à sua interação com

a sociedade e sua plena inserção nela, ou seja, que “tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Art.22, Lei nº 9.394/96).

- O Ensino Médio como etapa final da Educação Básica

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional explicita que o Ensino Médio é a “etapa final da educação básica” (Art.36), o que concorre para a construção de sua identidade. O Ensino Médio passa a ter a característica da terminalidade, o que significa assegurar a todos os cidadãos a oportunidade de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental; aprimorar o educando como pessoa humana; possibilitar o prosseguimento de estudos; garantir a preparação básica para o trabalho e a cidadania; dotar o educando dos instrumentos que o permitam “continuar aprendendo”, tendo em vista o desenvolvimento da compreensão dos “fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos” (Art.35, incisos I a IV).

O Ensino Médio, portanto, é a etapa final de uma educação de caráter geral, afinada com a contemporaneidade, com a construção de competências básicas, que situem o educando como sujeito produtor de conhecimento e participante do mundo do trabalho, e com o desenvolvimento da pessoa, como “sujeito em situação” – cidadão.

Nessa concepção, a Lei nº 9.394/96 muda no cerne a identidade estabelecida para o Ensino Médio contida na referência anterior, a Lei nº 5.692/71, cujo 2º grau se caracterizava por uma dupla função: preparar para o prosseguimento de estudos e habilitar para o exercício de uma profissão técnica.

Na perspectiva da nova Lei, o Ensino Médio, como parte da educação escolar, “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (Art.1º § 2º da Lei nº 9.394/96). Essa vinculação é orgânica e deve contaminar toda a prática educativa escolar.

Em suma, a Lei estabelece uma perspectiva para esse nível de ensino que integra, numa mesma e única modalidade, finalidades até então dissociadas, para oferecer, de forma articulada, uma educação equilibrada, com funções equivalentes para todos os educandos:

- a formação da pessoa, de maneira a desenvolver valores e competências necessárias à integração de seu projeto individual ao projeto da sociedade em que se situa;

- o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- a preparação e orientação básica para a sua integração ao mundo do trabalho, com as competências que garantam seu aprimoramento profissional e permitam acompanhar as mudanças que caracterizam a produção no nosso tempo;
- o desenvolvimento das competências para continuar aprendendo, de forma autônoma e crítica, em níveis mais complexos de estudos.

2.1.3 Currículo no contexto escolar

Visto que o currículo se tornou assunto muito discutido hoje nas escolas, o mesmo passou a ser campo de pesquisa principalmente nos últimos 20 anos. Isso deve-se de certa forma pelo complexa formação da sociedade nos dias atuais.

Porem fica evidente, que muitas escolas ainda hoje vejam o currículo de forma fragmentada e hierárquica, ou seja, cada disciplina é ensinada separadamente, e algumas acabam tendo maior relevância em relação as outras.

A escola de hoje deve procurar organizar no seu Projeto Político Pedagógico, a intenção de desenvolver o currículo de forma integrada, de maneira que os conteúdos, mesmo que ainda organizados em disciplinas, sejam abordados por temas nas diversas disciplinas, as quais por sua vez, mantêm-se articuladas com a intenção de que o conhecimento construído pelos educandos venha a ajudá-los na análise, interpretação, compreensão e problematização dos fatos e dos fenômenos da realidade complexa em que vivem.

Para Moreira (2005), entendida como campo no qual se travam lutas em torno do processo de significação do mundo social, a cultura é uma prática produtiva, um espaço constituidor, que dispõe de relativo grau de autonomia em relação a esfera econômica. Daí a necessidade de se valorizá-la devidamente, sem, no entanto, ignorar ou desprezar a força das determinações materiais. (MOREIRA, 2005, p. 83)

Entende-se aqui a cultura como uma esfera de lutas entre desiguais. Essas diferenças são sempre em relação a algo. Essas diferenças- de raça, classe social, gênero, linguagem, cultura, preferência sexual ou deficiência física ou mental- tem frequentemente justificado as

discriminações sofridas por pessoas ou grupos. Temos aqui um desafio, que é conflito de interesses de determinados grupos em impor seus significados aos demais.

Pois bem, considerando o fato de nossa sociedade contemporânea ter adquirido múltiplas identidades, essas mesmas diferenças citadas acima, nos dão hoje uma ideia de multiculturalismo. Multiculturalismo é o reconhecimento das diferenças, da individualidade de cada um.

Dada a diversidade de abordagens na educação multicultural, a formação dos professores deve levar em conta a realidade de cada escola, não podendo ignorar as duras questões que as escolas deverão enfrentar, referentes a multiculturalismo, raça, poder, identidade, significado, ética e trabalho.

Moreira (2005), em seu texto Multiculturalismo, currículo e formação de professores, destaca uma sugestão para uma formação docente multicultural onde “deve implicar não o desenvolvimento de uma aceitação irrestrita de diferentes manifestações culturais, mas sim, a aprendizagem das habilidades necessárias à promoção de um diálogo que favoreça uma dinâmica de crítica e autocrítica” (2005, p. 87)

O desafio que surge para os educadores em relação ao diálogo é de como fortalecer e desenvolver as virtudes e as capacidades necessárias para tal.

Sabendo ainda, que o assunto currículo é recente entre nós e seu conceito ainda está em processo de construção, Gimeno (2000) em seu texto “A cultura, o currículo e a prática escolar” busca dar um norte referente a esse processo de compreensão sobre o currículo e a prática escolar. Para ele a prática a que se refere o currículo é através dos comportamentos didáticos, políticos, administrativos e econômicos através dos quais se encobrem muitas teorias, crenças e valores.

Quando definimos o currículo, buscamos concretizá-los em práticas na escola, é por meio dele que se realizam as funções da escola como instituição. Os currículos, nos níveis de educação obrigatória refletem a socialização formativa e cultural que a instituição escolar tem.

Sendo assim o currículo representa-se como prática pedagógica, ele é o cruzamento de práticas diferentes em configurador de tudo o que podemos denominar como prática pedagógica nas aulas e nas escolas.

O currículo como um todo implica aos conteúdos e formas de desenvolvê-los, é uma referência na melhoria de qualidade do ensino, no aperfeiçoamento dos professores, na renovação da instituição escolar e nos projetos de inovação dos centros escolares.

Numa compreensão antropológica entende-se que não se pode estabelecer uma hierarquia entre as culturas humanas, nem mesmo que as culturas são equivalentes. Silva (2009, p. 86) descreve que não é possível estabelecer nenhum critério transcendente pelo qual uma determinada cultura possa ser julgada superior a outra.

Numa perspectiva crítica humanista a diferença não pode ser vista fora dos processos linguísticos de significação. São as relações de poder que fazem com que essa diferença adquira um significado de diferente. Ao mesmo tempo que as diferenças são produzidas e reproduzidas através das relações de poder.

Já numa visão mais conservadora, o multiculturalismo representa de certa forma um ataque aos valores da nacionalidade, família e da herança cultural comum. Para o autor em termos curriculares, o multiculturalismo, nessa visão pretende substituir o estudo das obras consideradas como excelência da produção intelectual ocidental pelas obras consideradas intelectualmente inferiores produzidas por representantes das chamadas “minorias”. (SILVA, 2000, p.89)

Torna-se claro no texto que as relações de desigualdade e de poder na educação e no currículo não podem ficar restritas à classe social. Numa teoria crítica do currículo é preciso levar em conta as desigualdades educacionais centradas nas relações de gênero, raça e etnias.

Um campo de estudo que surge para melhor ajudar a entender as dinâmicas da construção do currículo é a dos Estudos Culturais, baseadas em literaturas clássica e empíricas buscam analisar a cultura como campo de estudo. Buscam compreender a cultura como algo dinâmico, independente de outras esferas que poderiam ser consideradas determinantes. Os Estudos Culturais nos permitem construir um currículo como um campo de luta em torno da significação e da identidade, de construção social.

Nesse sentido a nova Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC) revisada em 2014, busca dar um norte frente as diversidades presentes hoje nas escolas, no intuito de buscarmos revisar nosso entendimento de currículo e colocar em prática.

Ela trata a diversidade como característica do ser humano, sendo esses diversos em suas experiências de vida e culturais, os seres humanos são únicos em suas personalidades e são diversos em sua forma de ver o mundo.

Assim, podemos afirmar que os sujeitos da diversidade somos todos nós, mas há que destacar os grupos que vivenciaram processos de preconceito e discriminação, principalmente, no percurso formativo.(PCSC. 2014, p.57)

Ainda a Proposta Curricular juntamente com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação e Direitos Humanos colocam em discussão os vários assuntos abordados nos dias atuais, são eles: relações de gênero, diversidade sexual, educação e prevenção, educação ambiental, educação das relações étnico-racial, educação especial, educação indígena, do campo e educação quilombola.

Em todos os sentidos o que vemos hoje é uma construção do conhecimento, a sociedade apresenta uma dívida histórica em relação a essas diversidades. O mundo vive um redimensionamento de perspectivas e a escola vive essa transformação que consiste não apenas em rever seus conceitos, mas sim de coloca-las em prática.

Para as políticas públicas educacionais, o reconhecimento e a acolhida da “diversidade” podem ser vistos, num primeiro momento, como uma indiscutível questão de direito e de cidadania plena. No entanto, definir a diversidade como princípio formativo significa redefinir o modo pelo qual a Educação e as instituições escolares são significadas, pensadas, organizadas e planejadas. .(PCSC. 2014, p. 84)

3 CARATERIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

No dia 14 de março de 1934, foi instalado o **Grupo Escolar “GUSTAVO RICHARD”**, que funcionou inicialmente nos fundos de um prédio onde hoje se encontra o Salão Paroquial. A escola através do Governo do Estado ganhou novas estruturas físicas, situadas à Rua Coronel Pedro Carlos, inaugurada em 09 de dezembro de 1940, para acolher seus 126 alunos de ensino primário.

3.1 BREVE HISTÓRICO

Atualmente a escola denomina-se: **“Escola de Educação Básica JOAO ARAUJO MEDEIROS”**, oferecendo os cursos de Ensino Fundamental (de 1º ao 9º ano), Ensino Médio Regular Noturno, Ensino Médio Inovador, Curso de Magistério com Habilitação em Educação Infantil e Séries Iniciais. Também oferece o SAEDE Misto (Serviço de Atendimento Especializado aos deficientes auditivos, visuais e mentais leves) e uma sala multifuncional equipada para atender aos alunos com deficiência auditiva e visual. Mantêm-se em funcionamento nos períodos diurno e noturno, com 1.253 alunos, aproximadamente 90 professores entre efetivos e acts, 07 funcionários de serviços gerais, um diretor, dois assessores de direção, 5 Assistentes de Educação, 4 Assistente Técnicos Pedagógicos, sendo que dois estão cedidos em outras funções.

O prédio de propriedade do governo do Estado situado num terreno de seis mil e trinta e nove metros quadrados. Apresenta-se em bom estado de conservação, pois no ano de 2006 foi reformada e ampliada.

3.2 DIAGNOSTICO DA ESCOLA

Na sequência apresenta-se o diagnóstico que serviu para elaborar o Plano , ele é apresentado nas dimensões socioeconômica, pedagógica, administrativa, física e financeira.

3.2.1 Dimensão Socioeconômico

O perfil dos alunos da Unidade Escolar é composto de diferentes grupos sociais, econômicos, religiosos e políticos. A maioria dos pais concluiu o Ensino Fundamental. Isto se reflete no quadro das profissões dos pais diversificados: agricultores, empregadas domésticas, profissionais liberais e funcionários públicos. As famílias em sua grande maioria possuem casa própria e acesso a internet. Como a escola está situada no centro da cidade, atende também a alunos oriundos da classe média. O aluno do Ensino Médio noturno opta por esse período por necessidade de ajudar na renda familiar.

Os órgãos colegiados, como Conselho escolar, a Associação de pais e mestres, o Grêmio estudantil, nas escolas são fundamentais para uma gestão democrática, pois esses garantem a prática da participação na escola, a descentralização do poder e a busca por uma educação de qualidade.

A escola conta também com esses órgãos colegiados como grêmio estudantil, APP (Associação de Pais e Professores), Conselho Deliberativo, Programa de Integração Empresa/Escola.

3.2.2 Dimensão Pedagógica

A função da escola está delineada nos conteúdos das disciplinas e que são trabalhados no decorrer do ano letivo. Como um dos centros de socialização, integração e construção do saber, a escola tem como função a formação do ser humano como alguém que faz parte da sociedade.

Sendo a aprendizagem um fator primordial de desenvolvimento, constitui-se como categoria de processo educacional que está diretamente relacionada com a elaboração de conceitos científicos que subsidiam o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, permitindo uma transformação qualitativa (maior possibilidade de relação com o mundo e com os outros).

Observa-se na escola analisada que o processo de ensino-aprendizagem é um processo que busca promover um diálogo entre professores e alunos, são desenvolvidos projetos como “Querer é poder” onde os alunos são avaliados também no seu comprometimento com a escola. Este projeto foi proposto e construído pela Equipe

Pedagógica e todos os Professores do Ensino Fundamental e Médio, com objetivo de “Educar para a Vida Presente”, preocupando-se essencialmente com a “Formação do Ser Humano”, que além do conhecimento sistematizado é importante “ensinar valores” (esperança, solidariedade, justiça, amizade, honestidade, união, dedicação e paz) para que possa enfrentar os desafios emocionais e profissionais que encontrará ao longo da vida.

Já o Projeto ‘Nosso aluno é show’ está voltado para ao desenvolvimento da capacidade de expressão dos alunos, descobrindo suas habilidades e competências. Também procura despertar, através de atividades artísticas e culturais, o sentimento de respeito pelos valores culturais da comunidade escolar e do município.

Outra proposta da atual equipe gestora é o Projeto Preservação, limpeza e organização do Patrimônio Público, envolvendo ações práticas para valorizar e cuidar do patrimônio público escolar.

Também de acordo com a Proposta Curricular onde visa uma educação interdisciplinar são desenvolvidas planejamentos entre professores e equipe pedagógica buscando inserir essa proposta em sala de aula.

Quanto aos conteúdos curriculares observa-se que os professores do ensino fundamental I e II fazem uso dos livros didáticos, e quando ocorrem planejamentos são desenvolvidos projetos extracurriculares.

Quanto ao Programa Ensino Médio Inovador o objetivo é apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola e buscando garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo também as expectativas dos estudantes do Ensino Médio e às demandas da sociedade contemporânea.

Ainda sobre o Ensino Médio Inovador, os professores tem um horário semanal para elaboração do planejamento, onde buscam um currículo organizado e integrado a partir dos eixos ciência, cultura, trabalho e tecnologia relacionados com a preparação básica para o trabalho e demais práticas sociais: elaboração de planos e projetos, trabalhos em equipe, ações de desenvolvimento cultural, social e econômico da comunidade/empreendedorismo e sustentabilidade, práticas e eventos esportivos, produções artísticas, e outras.

O curso do Magistério tem sido bem procurado nos últimos anos, um exemplo é que nesse ano letivo foram abertas 3 turmas sendo duas do terceiro ano e uma do quarto

ano. Tem como objetivo oferecer habilitação para o cargo de professor educação infantil e das séries iniciais. Compreende em seu currículo parte teórica e prática, onde a vivência ocorre em forma de Estágio nas diferentes turmas e/ ou séries; com observação, participação, regência e aulas de reforço contando como horas de estágio,

A escola conta também com atendimento especial do SAED, Sala de Apoio aos Estudantes com Deficiência. Onde temos uma sala de aula com materias e profissionais capacitados para atender os alunos com determinadas deficiências.

As aulas são ministradas com os recursos disponíveis na escola, porém como a escola atende uma grande demanda de alunos, muitas vezes os professores trazem de casa os matérias áudio-visuais. Observa-se também através de diálogos com os professores que no ano de 2016 os livros didáticos não estão disponíveis para todos os alunos, tendo que desenvolver outras metodologias de ensino.

Quanto a avaliação da aprendizagem deve pautar-se nos termos da Resolução CEE nº 183/2013, da Portaria SED nº 31/2013 (em anexo), da Resolução 112/CEE/2006 para a Educação Especial. Articulando a legislação vigente supracitada, com as orientações da Secretaria do Estado da Educação - SED, a Escola de Educação Básica Paulo Blasi preocupa-se com a avaliação e sua relação como instrumento de orientação teórico-metodológica.

As práticas de avaliação serão, primordialmente, observacionais, com ênfase na avaliação qualitativa sobre a quantitativa, independentemente do critério de atribuição de notas ou conceitos. Os professores de 1º ao 5º anos utilizarão fichas individuais de acompanhamento e observação dos alunos, com os itens a serem preenchidos e condizentes com os conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais desenvolvidos.

Na tabela abaixo temos dados de repetência, evasão e relação idade/série, dados do IDEB e ENEM até o ano de 2015.

É possível constatar que o índice de repetência tem crescido nos últimos anos se comparado com os anos de 2011 e 2012. A evasão escolar também é observada como um fator preocupante que vem se acentuando nos últimos anos.

A Recuperação de Estudos é oferecida de forma “paralela”, para não deixar acumular dúvidas/dificuldades dos alunos, sendo que o resultado obtido nas avaliações, após estudos de recuperação, substitui o anterior, prevalecendo o maior. A avaliação é entendida como processo didático-pedagógico que visa oferecer novas oportunidades de aprendizagem ao aluno para superar deficiências ao longo do processo e aprendizagem.

DADOS DE REPETÊNCIA, EVASÃO E RELAÇÃO IDADE / SÉRIE – IDEB, ENEM

ANO	REPETÊNCIA	EVASÃO	DISTORÇÃO O IDADE/SÉRIE	DADOS IDEB	DADOS IDEB	DADOS ENEM MÉDIA GERAL
				Anos Iniciais	Anos Finais	
2007	17,82%	7,75%	-	4,7	3,7	-
2008	18,96%	9,27%	-	-	-	49,77
2009	13,45%	15,07%	23,46%	5,0	4,6	50,24
2010	8,34%	10,67%	-	Não houve	Não houve	54,08
2011	7,1%	12,40%	-	5.5	4.4	54,08
2012	5,3%	12,55%	-	Não houve	Não houve	Não Informado
2013	8,6%	13,39%	-	6.0	4.2	Não informado
2014	10,6%	13,3%	-	Não houve	Não houve	Não informado
2015	11,45%	12,19%	10,29%	Não Informado	Não informado	

A matrícula vincula o aluno à escola. Sua efetivação obedece às normas próprias da escola, definidas no seu Projeto Político-Pedagógico/PPP. Cabe à escola solicitar ao aluno, pais ou responsáveis a documentação escolar para a identificação da série, ao ser efetuada a matrícula.

As reuniões pedagógicas que acontecem geralmente junto com os Conselhos de Classe, ou em outro momento determinado pela equipe gestora da escola, com a participação de todos os professores, além do caráter informativo, propõe espaço para discussão e planejamento de ações coletivas.

A Escola é um espaço institucional em permanente construção; deve ser agente das transformações sociais e políticas do mundo, sem perder de vista a dimensão coletiva do processo de planejamento que lhe possibilitará redimensionar-se pela participação e interação de todos que se sentem comprometidos com a transformação dela e da sociedade.

3.2.3. Dimensão Administrativa

Os professores da Unidade escolar pesquisada ficam em torno de 90 professores, desde efetivos e professores contratados. A escola conta também com professores de alunos especiais visto que na maioria das turmas encontra-se alunos que necessitam desse atendimento. Constatou-se também professores habilitados na área de Pedagogia que atendem aos alunos do

curso de Magistério. A maioria dos professores já possuem habilitação e complementação em suas respectivas áreas.

O corpo diretivo é formado por um diretor habilitado na área de matemática e especialização em Gestão Escolar, e dois assessores ambos habilitados na área de Educação Física e concluindo especialização em Gestão Escolar. Na secretaria da escola trabalham cinco Assistentes de Educação, já no Apoio Pedagógico a escola conta com cinco assistentes, sendo dois cedidos para outro cargo e duas no momento estão em licença médica, no entanto, hoje a escola encontra-se sem esse apoio pedagógico.

A maioria dos professores dividem seu tempo de trabalho completando a carga horaria em outras unidades escolares.

O acompanhamento da aprendizagem e a participação dos pais junto à vida escolar dos filhos são feitas através das reuniões de pais que acontecem mediante conselho de classe. Muitas vezes os professores ou apoio pedagógico solicitam a presença dos pais através de comunicados. E é solicitada a presença dos pais na escola sempre que se faz necessário e convoca reuniões específicas para as turmas.

O conselho de classe é uma das poucas oportunidades em que é possível reunir os docentes das diversas disciplinas de um mesmo ano com o objetivo de analisar os processos de ensino e de aprendizagem sob múltiplas perspectivas. Quando as discussões são bem conduzidas, elas favorecem aspectos como a análise do currículo, da metodologia adotada e do sistema de avaliação da instituição. Eles ocorrem no final de cada bimestre e na maioria das vezes são participativos com a presença de professores, equipe pedagógica, diretiva e líderes de turma.

A organização da documentação dos estudantes e professores é essencial para o bom funcionamento da escola. Essa documentação encontra-se na secretaria da escola e é organizada e coletada de maneira a facilitar o trabalho de todos. Cada professor e aluno tem sua pasta individual com seus dados cadastrais e informações necessárias.

Os registros dos estudantes sempre atualizado no SISGESC e devidamente arquivados na secretaria da Unidade Escolar, em como a documentação de alunos evadidos, transferidos e concluintes. Procurando atender a legislação com atendimento ágil a comunidade escolar e ao sistema de ensino.

A escola conta também com a participação efetiva dos conselhos escolares no apoio às questões pedagógicas e administrativas, como o Conselho Deliberativo que constitui-se como órgão colegiado de caráter consultivo, normativo e avaliativo, com atuação em assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da Unidade Escolar.

3.2.4. Dimensão Financeira

A escola recebe recursos federais que são aplicados para compra de materiais pedagógicos e equipamentos para melhoria da aprendizagem através do Programa Dinheiro Direto na Escola: PDDE interativo, Mais Cultura na Escola, PDDE Acessibilidade, Atleta na Escola e o PDDE Ensino Médio Inovador Qualidade. Além disso, contamos com a parceria de empresas locais e a APP realiza a captação de recursos com eventuais promoções. A APP administra estes recursos e em conjunto decide onde serão aplicados de acordo com a necessidade da escola e seguindo a legislação vigente.

O PDE Escola é um projeto do MEC/FNDE, em parceria com estados e municípios, direcionados para escolas públicas com IDEB abaixo da média nacional.

É uma ferramenta de gestão que visa a auxiliar a escola a melhorar as suas práticas, tanto gerenciais quanto pedagógicas. O foco do PDE Escola, em 2010, foi assegurar a implementação dos planos aprovados em 2009, possibilitando às escolas realizarem as ações que irão aprimorar a qualidade do ensino e da aprendizagem. A nossa escola executou o plano de ação aprovado pelo MEC/FNDE após a liberação e alcançou as metas projetadas para o IDEB.

Programa Dinheiro Direto na Escola, destinado pelo FNDE para reforçar a autonomia gerencial e participativa de alunos, pais, professores e demais servidores da educação. Tem como finalidade auxiliar, com recursos financeiros, as Unidades Executoras, visando à melhoria da infraestrutura física e pedagógica. Os recursos financeiros são repassados pelo FNDE através de depósito em conta bancária específica do Programa PDDE de acordo com a tabela progressiva definida em ato normativo do Conselho Deliberativo do FNDE.

O Cartão CPESC visa atender às necessidades do cotidiano escolar de forma ágil e eficiente, consolidando o cartão como ferramenta de gestão educacional. Seu uso é exclusivo para aquisição de materiais de consumo e contratação de serviços de terceiros – pessoa jurídica, enquadrados como de natureza extraordinária ou urgente, de pequeno vulto e pronto pagamento, evitando, assim, a descontinuidade do serviço oferecido à população e garantindo a eficiência da gestão pública.

3.2.5. Dimensão Física

O prédio de propriedade do governo do Estado situado num terreno de seis mil e trinta e nove metros quadrados. Apresenta-se em bom estado de conservação, pois no

ano de 2006 foi reformada e ampliada, conta com vinte salas de aula, sendo que o Laboratório de Artes é usado como uma sala de aula, 01 Sala de Recurso (DA e DV);

A Circulação de entrada e saída é realizada em plenas condições de atendimento. Professores, funcionários e visitantes têm acesso às dependências da Escola, pelo saguão principal com hall de entrada e espera. Aos alunos é oportunizada a circulação pela rampa coberta e adequada ao bom atendimento de todos.

A Sala de Direção é ampla, equipada com três mesas de trabalho, telefone, quatro cadeiras, cinco armários e dois microcomputadores conectados à rede, além de uma dependência em anexo com armários para o arquivo passivo.

A Secretaria oferece toda a segurança necessária para o registro e arquivo da documentação da Unidade Escolar. Está equipada com cinco arquivos de aço para uso de pastas suspensas, um armário, um balcão para atendimento externo, quatro escrivaninhas, quatro microcomputadores, uma impressora conectados à rede de internet do governo para acesso aos programas necessários para o funcionamento da secretaria.

A Sala dos Professores oferece condições de trabalho aos mesmos em suas horas atividades. Contém um armário para o material dos professores, mesa grande para reuniões, cadeiras, dois jogos de sofá, quadro de avisos e em anexo um banheiro masculino e um feminino, também equipado com dois micro computadores conectados à rede.

A sala dos Assistentes Técnico Pedagógicos (ATP's) se localiza no térreo, com três mesas, cinco armários, balcão para atendimento, acervo de fitas da TV Escola, um microcomputador conectado à rede mais três impressoras.

Os banheiros da Unidade Escolar estão distribuídos na construção, em cada andar há um banheiro masculino e um feminino e um com instalações adequadas para portadores de deficiência física, para atender alunos e professores.

Em relação ao ambiente esportivo, a Unidade Escolar conta com um Ginásio de Esportes, uma quadra poliesportiva, uma sala de Educação Física dividida onde se guardam materiais, possui o Tatame do projeto Social de Judô e mais duas mesas de tênis de mesa. Na frente um espaço coberto onde também acontecem atividades, no ambiente ainda possui dois banheiros e um bebedouro.

Para área de convívio, tanto nos horários de intervalo (recreio) e eventual atividade pedagógica, a Unidade Escolar possui uma área ao lado da sala do primeiro ano das series iniciais, uma área atrás da sala de direção, onde também possui rampas de acesso para alunos e para caminhões e automóveis.

A Unidade Escolar ainda possui um espaço de eventos, chamado Salão Nobre ou Salão de Atos tem capacidade para aproximadamente 400 pessoas.

O Laboratório de Ciências Físicas, Químicas e Biológicas está devidamente equipado com balcões fixos e pias;

O de Informática está equipado com 24 microcomputadores, um notebook, um net book, 16 mesas, 30 cadeiras, uma impressora de tonner, um modem da oi, um roteador e um switch de 24 canais. O laboratório de Artes não está equipado sendo utilizado como sala de aula para suprir a demanda dos alunos.

A biblioteca da Unidade Escolar contém um bom acervo e o mesmo está acomodado em prateleiras de aço. Na Sala de vídeo, possui uma TV de led de 40 polegadas e possui 40 cadeiras.

Em três salas de aula que atendem os terceiros anos do ensino médio inovador e do ensino médio noturno, possuem instalados Datashow e microcomputadores.

A escola ainda possui uma sala “multimeios”, situada ao lado da sala da direção, em que está instalado um microcomputador, um data show, uma mini biblioteca com legislação na área de educação, livros de apoio pedagógico para os professores e material de apoio para os alunos do curso profissionalizante do Magistério, também conta com mesas e cadeiras, para as reuniões de planejamento do Ensino Médio Inovador, aulas de reforço do magistério e eventuais necessidades da unidade Escolar bem como do Corpo Docente e Discente da instituição.

4 METAS E AÇÕES

DIMENSÃO SOCIOECONOMICA					
META: Desenvolver uma pesquisa de interesse para o curso do Ensino Médio Regular em 2016.					
Ação Analisar o real interesse dos alunos em cursar essa modalidade de ensino.	Objetivo: oferecer aos alunos outra opção para concluírem o Ensino Médio.	Período 08/09/16 a 09/09/16	Público Alvo Alunos	Recurso Laboratório de informática.	Responsável Equipe diretiva.
DIMENSÃO PEDAGÓGICA					
META: Estudar o currículo e a necessidade para o Ensino Médio Regular em 2017.					
AÇÃO: Elaborar um projeto	Objetivo: ter o curso reconhecido pela GERED.	Período:09/2016 a 02/2019	Público: alunos e professores	Recurso: pessoal	Responsável: equipe gestora e pedagógica.
Reformular o PPP.	Objetivo: orientar o processo educacional.	Período: 15/01/2017 a 01/02/2017	Público: alunos, professores e equipe pedagógica.	Recurso: pessoal	Responsável: equipe pedagógica e diretiva.
DIMENSÃO ADMINISTRATIVA					
Meta: Organizar a parte burocrática para a implantação do Ensino Médio Regular em 2017					
Ação: organizar fichas para matrículas.	Objetivo: verificar o numero de alunos interessados pelo curso.	Período:01/12/16 A 08/02/17	Público: alunos	Recurso: pessoal	Responsável: assistentes educacionais.
Ação: implantar novas turmas.	Objetivos: organizar as novas turmas e contratação de professores.	Período: 09/02/2017 a 14/02/2017	Público: alunos e professores.	Recurso: pessoal e GERED.	Responsável: assistentes educacionais e equipe diretiva.

DIMENSÃO FÍSICA					
Meta: Construir espaços para melhorias da estrutura física escolar em 2017.					
Ação: Melhorar as instalações físicas. Salas de aula e ambiente das atividades práticas e refeitório.	Objetivo: Proporcionar ambiente mais adequado aos alunos e professores para que tenham à disposição estrutura adequada e materiais para fortalecer suas ações visando uma prática mais eficaz de ensino e aprendizagem.	Período: 03/2017.	Público: alunos e professores.	Recurso: PDDE e recursos próprios.	Responsável: equipe gestora e APP
DIMENSÃO FINANCEIRA					
Meta: Buscar recursos para aquisição de materiais pedagógicos, mobiliários e reativação do salão nobre em 2017 a 2020					
Ação: Revitalizar o salão nobre da escola com a troca do piso, acessibilidade e novas cadeiras.	Objetivo: Oferecer um espaço adequado para a realização de eventos e acessibilidade aos alunos portadores de deficiências.	Período: 02/2017 a 12/2020	Público: alunos, professores e comunidade.	Recurso: PDDE e recursos próprios.	Responsável: equipe diretora, GERED.

4.1 AVALIAÇÃO DO PLANO

A avaliação deve favorecer a multidisciplinaridade, num caminho conseqüente da interdisciplinaridade, além de estar intimamente relacionada às competências e habilidades desenvolvidas; A avaliação deverá considerar tanto o processo que o aluno desenvolve ao aprender como o resultado final alcançado. Deve ainda, ir além do julgamento sobre sucessos ou fracassos do aluno; ser diagnóstica e contínua, fornecer indicadores para reorientação da prática educacional.

A avaliação poderá ocorrer ainda da seguinte forma: Direta, contando com a participação da comunidade escolar podendo ser verbal e também descritiva, através da criação de uma caixa para sugestões e possíveis críticas; Indireta através da avaliação do resultado alcançado a partir das ações propostas. No fim de cada ano letivo observar o resultado através de diagnóstico de evasão escolar e número de novas matrículas obtidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo a escola, um ambiente social, formado por diferentes sujeitos, das mais variadas opiniões e comportamentos, é proveniente esclarecer que “uma escola democrática não é aquela em que todos fazem o querem, mas sim aquela em que todos fazem o que é bom para todos” (Oliveira, 2008, p. 98).

A escola deve ser compreendida como um bem público que exerce papel fundamental na vida de todas as pessoas que dela fazem parte e o principal local para a efetivação da educação formal e encontro da comunidade. Por isso é importante que seja entendida como um espaço que pertence a todos.

Porem temos um caminho longo em busca de sanar os desafios da gestão participativa como práticas participativas que tornam a escola uma comunidade de aprendizagem, uma comunidade democrática, favorecendo o ensino e a reflexão, valorizando os elementos internos do processo educativo, tendo consciência de que cada elemento possui sua parcela de responsabilidade, individual, bem como a implicação do trabalho coletivo.

Hoje, a educação brasileira e o Ensino Médio estão sendo alvo de muitas discussões, afinal de contas estamos vivendo uma nova era, onde os alunos necessitam concluir seus estudos, mas as escolas não atendem a sua realidade e parece que a forma como foi organizado o ensino ate o momento não esta mais atendendo as expectativas dos alunos e da sociedade. A ideia lançada pelo MEC é reformular o currículo do Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

BASTIANI, Sherlon Cristina de e NARDI, Elton Luiz. **Construindo a qualidade da Educação: entre o desafio da ação escolar e a produção de resultados oficiais**. In. Qualidade da Educação no Ensino Fundamental – Entre políticas e a (ex)tensão do tema na escola pública. Orgs. NARDI, Elton Luiz e SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Editora Unijuí, Ijuí. 2015.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Base**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CUNHA, Luiz Antônio. **A educação na nova Constituição**. Revista da Ande, São Paulo, v. 6, n. 12, 1987.

FERREIRA, Naura S. C. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2008.

GIMENO SACRISTÁN, José. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3.ed. porto Alegre: Artmed, 2000.342p. ISBN9788573073768.

KRAWCZYK, N. e VIEIRA V.: **A Reforma educacional na América Latina nos anos 1990. Uma perspectiva histórico-sociológica**. São Paulo: Xamã, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. Editora Heccus, São Paulo, 2015. 6ª Edição.

LIBANELO, José. C.; OLIVEIRA, João F. de. TOSCHI, Mirza S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2007.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa. **Currículo: políticas e práticas**.8.ed.Campinas, SP: Papirus, 2005.183p. (Magistério: formação e trabalho pedagógico) ISBN 8530805437.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3.ed.Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 153p. ISBN 9788586583445.

OLNEIRA, Dalila Andrade Oliveira (org.). **Gestão democrática da educação; desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo. 3ª ed. Ática. 2000.

SANTA CATARINA. SEDCRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Proposta curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2014.190 p.